



FACITEC – FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE JANAÚBA
Rua Círiolo Barbosa, nº 46, Centro, Janaúba/MG, CEP 39440-000,
TELEFAX: (38) 3821-6566, e-mail: facitec@soeducar.com.br, CNPJ: 05.842.305/0001-64
Portaria nº 129 de 02/02/2017 publicada no DOU dia 03/02/2017, Pág. 3 Seção 1,

O PAPEL DO PSICÓLOGO FRENTE ÀS SITUAÇÕES DE ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Karine Aguiar Rocha

Janaúba - MG
Dezembro - 2021



FACITEC – FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE JANAÚBA
Rua Cirilo Barbosa, nº 46, Centro, Janaúba/MG, CEP 39440-000,
TELEFAX: (38) 3821-6566, e-mail: facitec@soeducar.com.br, CNPJ: 05.842.305/0001-64
Portaria nº 129 de 02/02/2017 publicada no DOU dia 03/02/2017, Pág. 3 Seção 1,

KARINE AGUIAR ROCHA

O PAPEL DO PSICÓLOGO FRENTE ÀS SITUAÇÕES DE ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências e Tecnologia de Janaúba – FACITEC, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Professor Orientador: Thiago Lucas de Aguiar Sampaio

Janaúba - MG

Dezembro – 2021

O PAPEL DO PSICÓLOGO FRENTE ÀS SITUAÇÕES DE ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

THE ROLE OF THE PSYCHOLOGIST FACING SEXUAL ABUSE OF CHILDREN AND ADOLESCENTS: INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

EL PAPEL DEL PSICÓLOGO FRENTE AL ABUSO SEXUAL DE NIÑOS Y ADOLESCENTES: REVISIÓN INTEGRATIVA DE LA LITERATURA

Karine Aguiar Rocha^{1}*
Thiago Lucas de Aguiar Sampaio¹

RESUMO

Objetivo: Discutir o papel da Psicologia frente à situação de abuso sexual de criança e adolescentes. **Métodos:** Trata-se de uma Revisão Integrativa da literatura realizada entre julho e agosto de 2021, a partir das bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde (LILACS), Index Psicologia – Periódicos técnico-científicos, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC). Para a busca associou-se os seguintes descritores: “abuso sexual”, “psicologia”, “abuso infantil”, considerando os critérios de inclusão: trabalhos publicados integralmente, trabalhos publicados no Brasil, no idioma português, trabalhos publicados nos últimos cinco anos e trabalhos relacionados ao problema da pesquisa. Após a análise dos títulos e resumos, selecionou-se 13 artigos os quais foram lidos e organizados através de uma tabela. **Resultados:** Por seguinte, delimitou às seguintes categorias temáticas que caracterizaram o papel da psicologia frente às situações de abuso: “Escuta empática, Espaço de elaboração traumática e Intervenção Clínica; Suporte profissional às vítimas e familiares, prevenção do abuso sexual e violação de direitos e reestabelecimento emocional, familiar e comunitário das vítimas; Escuta qualificada e Perícia psicológica”. **Conclusão:** O atendimento psicológico deve compor a atenção psicossocial, que é operacionalizada por um conjunto de procedimentos técnicos especializados, com o objetivo de estruturar ações de atendimento e de proteção a crianças e adolescentes, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da autoestima, o restabelecimento de seu direito à convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida e possibilitando a superação da situação de violação de direitos, além da reparação da violência sofrida.

Palavras-chave: Abuso sexual, Psicologia, Abuso infantil.

ABSTRACT

Objective: Objective: Discuss the role of Psychology in the situation of sexual abuse of children and adolescents. **Methods:** This is an integrative literature review carried out between July and August 2021, based on the following databases: Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences (LILACS), Index Psicologia - Technical-Scientific Journals, Scientific Online Electronic Library (SciELO) and Electronic Psychology Journals (PEPSIC). To search for members, the following descriptors are: "sexual abuse", "psychology", "child abuse", considering the inclusion criteria: works published in full, works published in Brazil, not in Portuguese, works published in the last five years and work related to the research problem. For an analysis of two titles and abstracts, we selected 13 articles according to their titles and organized them in a table. **Results:** Then, it delimited the following thematic categories that characterized the role of psychology in situations of abuse: “Empathic listening, Space for traumatic elaboration and Clinical Intervention; Professional support to victims and family members, prevention of sexual abuse and violation of

¹Faculdade de Ciências e Tecnologia de Janaúba (FACITEC), Janaúba/Minas Gerais.

*E-mail: karinyrocha06@gmail.com

rights and emotional, family and community restoration of victims; Qualified Listening and Psychological Expertise". **Conclusion:** Psychological care must comprise psychosocial care, which is operationalized by a set of specialized technical procedures, with the aim of structuring care and protection actions for children and adolescents, providing them with conditions to strengthen self-esteem, reestablish their rights to family and community coexistence in dignified living conditions and to overcome the situation of violation of rights, in addition to the religion of the violence suffered.

Keywords: Sexual abuse, Psychology, Child abuse.

RESUMEN

Objetivo: Objetivo: Discutir el papel de la Psicología en la situación de abuso sexual de niños y adolescentes. **Métodos:** Se trata de una revisión bibliográfica integradora realizada entre julio y agosto de 2021, con base en las siguientes bases de datos: Literatura Latinoamericana y del Caribe en Ciencias de la Salud (LILACS), Index Psicologia - Revistas Técnico-Científicas, Scientific Electronic Library Online (SciELO) y Revistas Electrónicas de Psicología (PEPSIC). Para buscar miembros, los siguientes descriptores son: "abuso sexual", "psicología", "abuso infantil", considerando los criterios de inclusión: trabajos publicados íntegramente, trabajos publicados en Brasil, no en portugués, trabajos publicados en los últimos cinco años y trabajos relacionados con el problema de investigación. Para el análisis de dos títulos y resúmenes, se seleccionaron 13 artículos, los cuales fueron leídos y organizados en una tabla. **Resultados:** Luego, delimitó las siguientes categorías temáticas que caracterizaron el papel de la psicología en situaciones de abuso: "Escucha empática, Espacio de elaboración traumática e Intervención Clínica; Apoyo profesional a víctimas y familiares, prevención del abuso sexual y vulneración de derechos y restauración emocional, familiar y comunitaria de las víctimas; Escucha calificada y experiencia psicológica". **Conclusión:** La atención psicológica debe comprender la atención psicosocial, la cual es operacionalizada por un conjunto de procedimientos técnicos especializados, con el objetivo de estructurar acciones de atención y protección a la niñez y adolescencia, brindándoles las condiciones para fortalecer la autoestima, restablecer sus derechos a la convivencia familiar y comunitaria. en condiciones de vida dignas y para superar la situación de violación de derechos, además de la religión de la violencia sufrida.

Palabras clave: Abuso sexual, Psicología, Abuso infantil.

INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes é, e sempre foi, um grave problema mundial. Visto que, historicamente, na Idade Média, este público era reconhecido como uma miniatura do adulto na maneira de vestir, falar e portar frente à sociedade. Tal fato levou ao seu ingresso precoce no mundo do trabalho, culminando assim em situações de violência, muitas vezes banalizadas ou camufladas (CASTRO, 2011), como é o caso do abuso sexual (DAY, et al., 2013).

A palavra abuso significa "uso incorreto, ilegítimo, excessivo ou imoderado de poderes", e tem sido usada na literatura científica em referência a situações envolvendo a violência sexual contra crianças e adolescentes. Seu significado indica um desnível de poder na relação entre duas pessoas, a que tem o conhecimento de como subjugar sexualmente a outra e a que é subjugada (GOMIDE, 2016). Tal definição é ampla, contempla a ação em si, sua duração e suas consequências. Tal definição é ampla, contempla a ação em si, sua duração e suas consequências. Deste modo, observa-se ainda a referência ao uso da violência, que pode ser entendida como uso de agressão física contra a vítima. Sabe-se, entretanto, que a violência psicológica pode estar presente por ocasião do abuso sexual, visto que a vítima pode ser subjugada por meio da sedução do agressor, usada e humilhada, além de ameaçada para não revelar o abuso a outros (AZEVEDO; GUERRA, 2016).

Os números de abusos sexuais que acometem crianças e adolescentes nos alertam para a vulnerabilidade e a exposição deste público a essa violência. No Brasil, segundo o Boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, no período de 2011 a 2017 foram registradas 1.460.326 de casos de violência, dos quais 219.717 mil notificações foram contra crianças e 372.014 contra adolescentes. Destes, foram notificados 184.524 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2018). Dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos mostra que, no ano de 2019 foram registradas 159.063 de denúncias, sendo 86.837 denúncias contra o grupo de crianças e adolescentes (BRASIL, 2019). Também de acordo, ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no país, mais da metade das vítimas de violência sexual que chegam as delegacias de polícia tinham em média 13 anos ou menos, e o percentual de notificação subiu de 70% em 2019 para 77% em 2020.

Nota-se que o Abuso Sexual de crianças e adolescentes é um tema relevante no campo da Psicologia Forense. Fenômeno extensamente estudado em outros países, no Brasil ainda suscita questionamentos, dada a falta de conhecimento da população em geral e de muitos profissionais que trabalham com casos de violência sexual, particularmente contra crianças (AZEVEDO; GUERRA, 2016).

A experiência de abuso sexual pode desencadear efeitos negativos para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da vítima, o que não implica, necessariamente, no desenvolvimento de um quadro psicopatológico. Estima-se que cerca de 30% das crianças abusadas sexualmente apresentam problemas clinicamente significativos, enquanto outros 30% podem ser totalmente assintomáticas. Ressaltam-se, entretanto, transtornos apontados como decorrentes do abuso sexual, como por exemplo: transtornos de humor, de ansiedade e disruptivos (ADORNO, 2015).

Segundo Ballone (2013), entre as consequências iniciais do abuso sexual na infância, podem ocorrer: problemas emocionais (fobias, depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, etc.), problemas cognitivos (dificuldades de atenção e concentração, baixo rendimento acadêmico), problemas de relacionamento (isolamento, baixa interação com pares), problemas funcionais (de sono, com pesadelos, perda de controle de esfíncteres, transtornos alimentares) e problemas de conduta (conduta sexualizada, com masturbação compulsiva, imitação de atos sexuais, exibicionismo). No entanto, tais consequências podem ser mediadas por fatores intrínsecos e extrínsecos à criança como, características pessoais - autoestima e a resiliência—e características sociofamiliares - funcionamento familiar e apoio comunitário, respectivamente (GOMIDE, 2016).

Bazílio e Kramer (2013) apontam que, alguns efeitos do abuso sexual são passíveis de verificação no comportamento infantil e podem indicar o ocorrido, como: a falta de confiança nos adultos da família, perturbações severas do sono, isolamento social, comportamento regressivo etc. Outros indicadores mais específicos são: Transtorno de Estresse Pós-Traumático; comportamento sexual atípico, com conhecimento sexual inapropriado para a idade; preocupações excessivas com questões sexuais e conhecimento precoce de comportamento sexual adulto, entre outros.

Vale lembrar que, revelar um abuso significa contar para alguém o que ocorreu e, neste processo de revelação, algumas características podem auxiliar avaliadores e operadores do direito em suas decisões, como: se atentar para o movimento da criança de avançar e retroceder em seu relato várias vezes, dependendo das condições que se apresentam à sua volta (GOMIDE, 2016). Além disso, na situação em que a criança pode estar residindo com o abusador e, portanto, sofrendo influência e ameaça deste, nota-se uma inibição em seu comportamento de revelar, ou ocorre ainda que familiares não agressores que não acreditam na criança, a inibe de fazer revelações futuras. A forma como a criança é entrevistada também concorre para que suas respostas sejam inibidas e, como a criança que é entrevistada diversas vezes por diversos profissionais e ainda inquirida por operadores do direito (defensores, promotores, juízes), de forma repetitiva, ela pode entrar num processo de recusa de dar respostas, em função do desconforto que tal situação gera para a criança (CASTRO, 2011).

De acordo com Flores e Caminha (2014), a revelação é um processo que exige empenho da criança e do adolescente, pois precisam compreender que o comportamento sexual agressivo é errado, superar inibições que a impedem de fazer a revelação e decidir quando contar e para quem contar. A par disso, algumas atitudes do adulto podem favorecer essa revelação como, escutar e validar as palavras da vítima e as consequências do abuso para ela. Essas atitudes podem minimizar as consequências negativas do abuso (DAY, et al., 2013).

Para Furniss (2013), diagnosticar o abuso sexual significa confirmar se ele ocorreu ou não e, para isso, levam-se em consideração as manifestações observadas na criança e seu relato sobre a experiência abusiva. No entanto, tal tarefa é considerada altamente técnica, exigindo que o avaliador se atenha a regras que evitem resultados passíveis de serem induzidos pelo profissional, durante o processo (GABEL, 2014). Afinal, como o abuso sexual contra crianças e adolescentes é um crime em que vítima e testemunha são a mesma pessoa, evidências físicas são raras e testemunhas são infrequentes, tornando as afirmações da criança as únicas fontes disponíveis de informação, aumentando sua importância. Além disso, o comportamento da criança vítima é um preditor mais significativo de condenações, quando se consideram as evidências de um crime contra, do que as evidências médicas (GOMIDE, 2016).

A partir do exposto, pretende-se compreender o papel da psicologia frente às situações de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Além de buscar ressaltar a necessidade permanente de atenção à questão do abuso sexual contra crianças e adolescentes, pois, trata-se de uma problemática grave que pode trazer consequências negativas e duradouras, como também, danos cognitivo, afetivo e social da vítima. Por meio disso, espera-se que o conteúdo aqui apresentado servirá como base para esclarecer e pontuar o papel do psicólogo, de maneira geral, frente às vítimas de abuso sexual de crianças e adolescentes, bem como analisar as estratégias que compõem o fazer do profissional de Psicologia.

MÉTODOS

Com vista à resolução dos objetivos propostos, elegeu-se o método de Revisão Integrativa, a qual é considerada método de pesquisa que possibilita a busca, a avaliação crítica e a síntese do estado do conhecimento sobre determinado assunto (MENDES et al., 2008). Para tanto, seguiu-se os seis passos constitutivos deste método de pesquisa, são eles: identificação do tema e seleção da questão norteadora da pesquisa que neste foi: “qual o papel do psicólogo frente às situações de abuso sexual infantil e do adolescente?”, por conseguinte, o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, a identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados, categorização dos estudos selecionados, análise e interpretação dos resultados e, por fim, apresentação da revisão/síntese dos resultados (BOTELHO, CUNHA, MACEDO, 2011).

Quanto ao levantamento bibliográfico, este ocorreu no período entre julho e agosto de 2021 nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde (LILACS), Index Psicologia – Periódicos técnico-científicos, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC). Para busca dos trabalhos, utilizou-se o cruzamento dos seguintes descritores: “abuso sexual”, “psicologia”, “abuso infantil”. Pode-se verificar o processo de busca e seleção de artigos científicos caracterizados como amostra do estudo, organizados na tabela 1 segundo a base de dados, estratégias de busca, artigos encontrados (AE), artigos selecionados (AS) e amostra (A).

Tabela 1 - Estratégia de busca eletrônica nas bases de dados, julho a agosto de 2021.

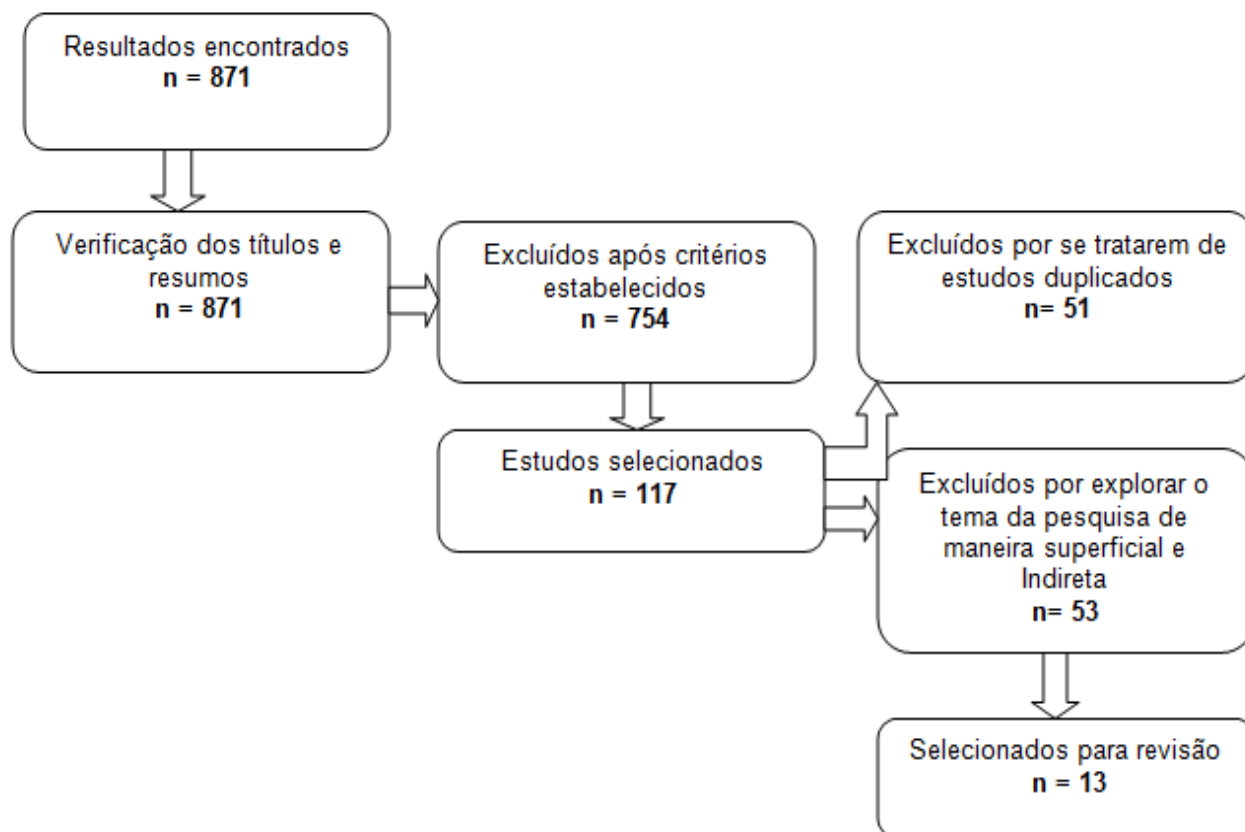
| Base de dados | Estratégias de busca | AE | AS | A |
|---------------|---|-----|----|----|
| LILACS | abuso sexual and psicologia or abuso sexual and psicologia and infantil or abuso infantil or abuso sexual | 401 | 47 | 05 |

| | | | | |
|---|---|------------|------------|-----------|
| PEPSIC | abuso sexual and psicologia or abuso sexual and psicologia and infantil or abuso infantil or abuso sexual | 239 | 16 | 02 |
| Index Psicologia Periódicos técnico- científicos | abuso sexual and psicologia or abuso sexual and psicologia and infantil or abuso infantil or abuso sexual | 148 | 43 | 05 |
| SCIELO | abuso sexual and psicologia or abuso sexual and psicologia and infantil or abuso infantil or abuso sexual | 83 | 11 | 01 |
| TOTAL* | | 871 | 117 | 13 |

Fonte: Própria autora/2021

Após levantamento dos trabalhos publicados, foi adotado os seguintes critérios de inclusão (I) e exclusão (II) para seleção dos artigos revisados, respectivamente: (I) trabalhos publicados integralmente, trabalhos publicados no Brasil, trabalhos em português, trabalhos publicados nos últimos 5 anos, trabalhos relacionados ao problema da pesquisa e, (II) a não pertinência ao tema; publicações em idiomas não contemplados pelos critérios de inclusão; pesquisas feitas fora do contexto brasileiro. Desta forma identificou-se 401 artigos no LILACS, 148 artigos no Index Psicologia Periódicos Técnicos Científicos, 83 artigos no SCIELO e 239 artigos no PEPSIC, totalizando 871 artigos encontrados. Por conseguinte, analisou-se o título e resumo dos artigos, resultando em 13 artigos caracterizados como resultado da coleta de dados. Estes foram lidos na íntegra, e analisados para posterior discussão. A Figura 2 descreve o fluxograma do percurso realizado na segunda fase da Revisão Integrativa.

Figura 01: Fluxograma de identificação, seleção e inclusão dos estudos



Fonte: Própria autora/2021

A partir da amostra final do estudo, preencheu-se um formulário de coleta de dados contendo as seguintes informações de cada artigo: identificação do artigo, base de dados, autores, ano, título e temas. Por fim, os dados foram analisados, segundo os seus conteúdos, pela estatística descritiva.

RESULTADOS

Foram selecionados 13 artigos que abordavam o tema: abuso sexual de crianças e adolescentes. O ano de publicação variou entre 2016 e 2021 e, 100% dos estudos foram realizados no Brasil. Destes, 38% (n=5) foram publicados na LILACS, 38% (n=5) no Index Psicologia Periódicos técnico-científicos, 15% (n=2) no PEPISIC e 09%(n=1) no SCIELO. Quanto à distribuição geográfica das produções selecionadas, todos foram conduzidos no Brasil, sendo: 02 artigos de Ribeirão Preto/SP, 02 artigos de Bragança Paulista/SP, 01 artigo de Belo Horizonte/MG, 01 artigo de São João Del Rei/MG, 01 artigo de Santa Catarina/SC, 03 artigos de Passo Fundo/RS, e por fim, 02 artigos de Rio de Janeiro/RJ.

No Quadro 1, a seguir, verifica-se a distribuição dos artigos incluídos na revisão integrativa organizados quanto à base de dados, autores, mês, ano, título, e os resultados\temas encontrados em cada artigo.

Quadro 1 –Distribuição dos artigos incluídos na revisão integrativa segundo base de dados, autores, ano, título e temas.

| Nº do Artigo | Base de dados | Autor(es) | Ano | Título | Temas dos Resultados |
|--------------|---------------|--|------|--|---|
| 1 | INDEX-BVS PSI | Campos, Juliana Leila. | 2016 | Criança vítima de violência sexual: recortes de um caso atendido na abordagem centrada na pessoa | Discute a contribuição clínica da abordagem centrada na pessoa; Ações e estratégias de enfrentamento; Escuta empática; Relação entre psicóloga-criança; Desafios. |
| 2 | INDEX-BVS PSI | Pelisoli, Cátula; Dell'Aglio, Débora Dalbosco | 2016 | Tomada de decisão de psicólogos em situações de suspeita de abuso sexual | Discute acerca das relações entre a tomada de decisão de psicólogos e variáveis biosociodemográficas, profissionais e cognitivas; qualificação profissional. |
| 3 | INDEX-BVS PSI | Batista, Vanderléia; More, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; Kremkel, Scheila. | 2016 | A tomada de decisão de profissionais frente à situações de abuso sexual infanto-juvenil: uma revisão integrativa | Descreve os fatores que influenciam a tomada de decisão dos profissionais, bem como vieses cognitivos; Cuidado Ético; Terapia pessoal, Cuidado em Rede, Parceria com o Judiciário. |
| 4 | LILACS | Oliveira, Denise Cabral Carlos de; Russo, Jane Araujo. | 2017 | Abuso sexual infantil em laudos psicológicos: as "duas psicologias" | Apresenta as dificuldades de articulação da rede; Diagnóstico; Laudos. |
| 5 | INDEX-BVS PSI | Hohendorff, Jean Von; Patias, Naiana Dapieve | 2017 | Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo | Caracteriza a violência sexual infantil e suas consequências; Escuta empática; Notificação dos casos e Manejo profissional mediante a suspeita ou comprovação; Capacitação profissional. |
| 6 | LILACS | FRANCA, Cassandra Pereira | 2017 | Um corpo maculado na infância: a necessidade de intervenção precoce dos profissionais de saúde | Descreve os desafios da análise; Rede de proteção; Manejo da técnica psicanalítica; O impacto, reações da revelação nos profissionais. |
| 7 | LILACS | Darriba, Vinicius Anciães; Albuquerque, Andréa Barbosa de. | 2018 | A suspeita de abuso sexual e o psicanalista | Discute o desafio do psicanalista ao responder tais demandas baseadas ao discurso que se apoiam, como: responsabilidade subjetiva e responsabilidade jurídica; clínica e perícia; o saber e a verdade; criança como objeto e sujeito. |

| | | | | | |
|----|----------------------|--|------|---|---|
| 8 | PEPSI C | Rossato, Lucas et al | 2018 | Perfil de atendimentos psicológicos em contextos de violência sexual infantojuvenil: revisão integrativa da literatura. | Caracterização dos atendimentos psicológicos, tais como: contexto clínico; atendimento individual e grupal; instrumentos; técnicas; e enfoques teóricos. |
| 9 | PEPSI C | Azevedo, Maria Beatriz, Alves, Marta da Silva and Tavares, Júlia Rita Ferreira | 2018 | Abuso Sexual Intrafamiliar em Adolescentes e Suas Reflexões. | Abuso sexual intrafamiliar transgeracional; Orientação e Prevenção; Contribuição Clínica da TCC. |
| 10 | INDEX -BVS PSI | Aznar-Blefari, Carlos et al. | 2020 | Atuação de Psicólogos em Alegações de Violência Sexual: Boas Práticas nas Entrevistas de Crianças e Adolescentes | Diferencia a importância da Escuta especializada; depoimento especial e a perícia psicológica; Qualificação profissional |
| 11 | SCIEL O | Scobernatti, Gisele; Nardi, Henrique Caetano. | 2021 | Os usos do abuso sexual | Discute intervenções acerca da prevenção do abuso; Diagnóstico; Políticas de cuidado. |
| 12 | LILAC S | Sanson, Janaina Alessandra da Silva e Hohendorff, Jean Von | 2021 | Depoimento Especial a partir de Opiniões de Psicólogos Brasileiros Atuantes nessa Prática | Discute acerca do Depoimento Especial (DE) e o CFP, Relação interdisciplinar, Formação profissional, a Psicologia, Identificação com o DE, Protocolos de entrevista, Autonomia profissional, Saúde mental do profissional psicólogo que atuam com o DE. |
| 13 | LILAC S | Mastroianni, Fábio de Carvalho; Alves, Ângelo Augusto Rodrigues; Fernandes, Anna Beatriz Andriati; Leão, Andreza Marques de Castro | 2021 | Violência Sexual infantojuvenil: Contribuições e responsabilidades dos profissionais de Psicologia. | Discute acerca da escuta e o acolhimento, integração com a rede de serviços, atuação interdisciplinar, promoção e prevenção, orientação, limites e desafios da psicologia, formação continuada. |

Fonte: Elaborado pela autora 2021

Identificou-se 14 ações desenvolvidas – nos setores da saúde, assistência social e jurídico - pelos psicólogos frente às situações de abuso sexual infantil e do adolescente, sendo as principais: a promoção de uma escuta empática para elaboração da situação traumática 54,84%, realização de depoimento especial e perícia psicológica 38,46%, acompanhamento do grupo familiar 23,07% e desenvolvimento de psicoeducação 23,07%. Tais ações possibilitaram delinear o papel do psicólogo frente às situações de abuso. Este será discutido a seguir a partir dos três eixos temáticos: *Escuta empática, Espaço de elaboração traumática e Intervenção Clínica; Suporte profissional às vítimas e familiares, prevenção do abuso sexual e violação de direitos e reestabelecimento emocional, familiar e comunitário das vítimas; Escuta qualificada e Perícia psicológica.*

DISCUSSÃO

Partindo do princípio de que conhecer a realidade é condição de sua transformação, no que se refere à violência sexual infanto-juvenil, é fundamental compreender todo o processo que engloba essa questão, ou seja, desde as causas que levaram ao fato, até o processo de cuidado promovido ao público, vítima de abuso. Nesse sentido, os psicólogos se apresentam como um dos profissionais que se destacam na abordagem a este fenômeno.

É sabido que, o movimento destes profissionais em relação ao abuso sexual contra crianças e adolescentes envolve atentar-se à complexidade deste fenômeno, que necessita de discussões sob o ponto de vista dos vários ramos da psicologia, como saúde, assistência social e jurídico, por exemplo.

Cabe ressaltar que é extremamente importante acolher a vítima no momento do atendimento, dando a ela o tempo necessário para pensar, compartilhar e elaborar suas experiências com a violência sofrida. Independentemente de como cada história seja contada a este profissional, a criança ou adolescente precisa e merece ser escutada como sujeito, em termos de sua realidade física e psíquica. Nesse sentido, esta pesquisa considerou abordar o papel do psicólogo frente à situação de abuso sexual infantil e do adolescente, a partir de três campos de atuação – saúde, assistência social e jurídica. Esse papel, pôde ser caracterizado a partir de ações específicas destes profissionais nos campos supracitados.

Escuta empática, Espaço de elaboração traumática e Intervenção Clínica

De acordo com Campos JL (2016) e Hohendorff JV; Patias ND (2017), o profissional psicólogo pode atuar de diversas formas no que se refere à violência sexual infanto-juvenil. Nesse sentido, a escuta empática é um fator primordial e principal critério para sua atuação, afinal implica uma escuta livre de julgamentos e preconceitos que podem prejudicar na compreensão dos fatos. Ela tem o poder de fornecer dados precisos para o profissional psicólogo desenvolver intervenções junto às crianças e adolescentes vítimas de abuso, pois através dessa escuta é possível ouvir a realidade da vítima. O ofício da escuta empática é cheio de desafios e envolve a percepção de posturas, olhares, jeitos de sentar-se, cumprimentar, falar, silenciar, conhecer a diversidade dos modos de ser. Muitas vezes, não há palavras para expressar determinadas experiências e, nestes momentos, a escuta do silêncio é primorosa.

Outro aspecto a ser trabalhado junto à criança e ao adolescente vítima de abuso sexual, diz respeito à promoção de um espaço de elaboração da situação traumática vivenciada, que pode ser entendida como o processo de desmistificação da culpa. Nesse aspecto, o psicólogo tem a tarefa de ajudar na compreensão do fato e diminuir os sentimentos de vergonha, autoacusação e culpa da vítima. Nesse caso, os autores relatam que um dos métodos terapêuticos mais eficazes na elaboração desses sentimentos é a Psicanálise, que tem a intenção de interpretar ações, palavras, compreender conteúdos inconscientes e produções

imaginárias que a vítima possa apresentar. A Psicanálise sempre nos aponta uma fronteira tênue e perturbadora entre pequenas zonas iluminadas do saber e os imensos territórios obscuros da nossa falta de saber (DARRIBA VA, ALBUQUERQUE AB, 2018).

Rossato L, et al, (2018), apontam que a violência sexual infantil e do adolescente é vista como um problema social e de saúde pública, que merece uma atenção especial de uma equipe de multiprofissionais, em especial ao profissional psicólogo. Este estudo apontou a intervenção clínica como sendo o mais evidenciado pelos psicólogos no Brasil. Na Psicologia clínica, verificou-se o processo de desconstrução do modelo médico e o crescimento da ênfase na identificação de fatores positivos, bem-estar e qualidade de vida.

Os casos de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes vêm aumentando cada vez mais. E sua ocorrência não faz distinção de classes sociais, raça, crenças ou poder aquisitivos. Como apontado no estudo de Azevedo MB et al, (2018), essas violências sofridas pelas crianças e adolescentes podem desencadear inúmeras psicopatologias, uma vez que, a vítima não tem estrutura psíquica em seu desenvolvimento. Dessa forma, o profissional psicólogo pode trabalhar com essas crianças e adolescentes em um processo psicoterápico, por exemplo, a partir do lúdico, através de desenhos, conversas e brincadeiras. Neste cenário, outra abordagem que vem se destacando pelos resultados positivos obtidos com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual é a Teoria Cognitivo Comportamental (TCC). As intervenções clínicas realizadas por meio dessa abordagem enfatizam aspectos cognitivos relacionados ao comportamento, que destacam a mudança do comportamento não verbal, como função da alteração prévia do pensamento.

O estudo de Oliveira DCC e Russo JA (2017), argumenta que o psicólogo pode obter informações mais claras e objetivas de como compreender as implicações do abuso sexual na vida do indivíduo por meio da avaliação psicológica e de laudos técnicos. As autoras relatam que a avaliação psicológica deve partir de levantamento de hipóteses que serão ou não confirmadas através de passos predeterminados e com objetivos precisos. Neste entendimento, o Laudo Psicológico é o documento utilizado para descrever como o processo de avaliação psicológica foi realizado. O laudo psicológico apresenta a história da avaliação psicológica realizada, deve conter elementos que levem o destinatário entender todo o processo. É um documento de comunicação entre o psicólogo e o destinatário e normalmente objetiva produzir efeitos benéficos aos envolvidos.

É necessária a criação de mecanismo voltado para interligar a rede de proteção nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, essa violência é geralmente evocada em meio a um misto de horror e fascínio. O repúdio à ideia de um adulto e uma criança compartilhando vivências de ordem sexual vem comumente acompanhado de um sentimento paradoxal: há sempre algo que interessa que instiga, ainda que recoberto por um grande mal-estar. A posição assumida frente a fatos dessa natureza é invariavelmente a de desaprovação total, de quase incredulidade frente a um ato tão monstruoso, daí a importância do psicólogo no auxílio por meio de orientação e encaminhamentos necessários para os envolvidos. Este profissional deve estar apto para a promoção e o desenvolvimento social, e até mesmo promover mecanismos que favoreçam a interligação entre os diversos operadores que compõem a rede de proteção da infância-juvenil, incluindo tanto a atenção básica, quanto a especializada, poder judiciário e a educação escolar (MASTROIANNI FC et al, 2020).

Suporte profissional às vítimas e familiares, prevenção do abuso sexual e violação de direitos e reestabelecimento emocional, familiar e comunitário das vítimas

O psicólogo, agente das políticas públicas, deve atuar na direção de resgatar a vítima de seus medos, de sua introjeção, tornando-o saudável, em condições de participar da transformação da realidade que o oprime. Na Política de Assistência Social, de acordo com as Referências Técnicas de Atuação do Psicólogo no CRAS/SUAS, publicada em 2008 pelo Conselho Federal de Psicologia, o psicólogo tem como finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas. Em seu exercício profissional no CRAS, o psicólogo tem como objetivo à prevenção de situações de risco e superação da vulnerabilidade social. Sua atuação deve ter como foco a prevenção e promoção de vida, priorizando as potencialidades e valorizando os aspectos saudáveis dos usuários e do território, sem por isso deixar de considerar os aspectos ligados às vulnerabilidades. A efetivação destas premissas deve ocorrer através do trabalho realizado no fortalecimento dos vínculos familiares e na promoção de autonomia e empoderamento dos sujeitos, através da intervenção do profissional pelos serviços, programas e projetos ofertados pela Proteção Social Básica, pautados no compromisso ético e político de garantia de direitos (CAMPOS JL, 2016; BATISTA V, et al, 2016; PELISOLI C, DELL AGLIO DD, 2016).

O psicólogo deve propor atividades no âmbito social, pautando-se na compreensão subjetiva dos fenômenos coletivos e realizar a notificação compulsória para a garantia do cuidado. O profissional realiza atendimentos individuais e coletivos às famílias; a escuta qualificada às demandas dos usuários é ofertada, e a partir dela e do diagnóstico do território, as ações de enfrentamento às desigualdades e de fortalecimento da cidadania devem ser propostas. O psicólogo não deve patologizar ou categorizar as vítimas atendidas, mas buscar compreender e intervir sobre os processos e recursos psicossociais, estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorreram (AZEVEDO MB et al, 2018; ROSSATO L et al., 2018).

As ações dos profissionais envolvidos no atendimento psicossocial especializado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, no âmbito do CREAS, deve ser encarado apenas como direcionador, inspirador e motivador de reflexões que levem à consolidação de práticas que conciliem as dimensões teórica, técnica, ética e política do atendimento psicossocial. É importante destacar que para esse atendimento psicossocial especializado, não existe receita pronta. Campos (2016) aponta que a escuta é uma forma de lidar com a situação das vítimas. O silêncio pode adquirir vários sentidos e pode ser um convite muito difícil para algumas pessoas acostumadas com tantos ruídos. O vazio não está necessariamente ligado ao silêncio, mas depende de como nossos afetos foram construídos ao longo da vida. Há silêncios interpretados como abandonos, rejeições, outros, como reflexões, resistências para revelar determinados pensamentos e afetos (CAMPOS JL, 2016; BATISTA V, et al, 2016; PELISOLI C, DELL AGLIO DD, 2016).

Os profissionais envolvidos no atendimento psicossocial devem, portanto, estar aptos a lidar permanentemente com o novo, sendo capazes de compreender e acompanhar os movimentos de construção subjetiva e apoio às crianças, adolescentes, e seus familiares, atentando para a articulação desses processos com as vivências e as práticas sociais existentes na tessitura sócio comunitárias e familiares, favorecendo a escuta, revelação e a compreensão da situação e da dinâmica familiar. Atender a demanda tão complexa de promoção do desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes em situação de risco, como situações de possível abuso sexual, pressupõe a inserção de práticas de outros campos e o envolvimento de diversos profissionais, de áreas diferentes, promovendo práticas interdisciplinares. Isso significa que cada caso é visto como único, com suas especificidades e particularidades. Os profissionais intervêm de maneira articulada, cada um em sua especialidade, mas atuam com vistas a um objetivo comum, que é oferecer atendimento especializado que compreenda esse sujeito em suas diversas dimensões. O primeiro momento para o planejamento da intervenção consiste na identificação do fenômeno. Essa identificação pode ser sumária, em casos emergenciais que demandem ação imediata, ou aprofundada mediante diagnóstico multiprofissional. O segundo momento considera o envolvimento de parceiros, profissionais e/ou institucionais, uma vez que a violência sexual é fenômeno complexo, que pressupõe diversos olhares e intervenções em vários níveis (PELISOLI C, DELL`AGLIO DD, 2016).

De acordo com Rossato L et al., (2018), as medidas de proteção como orientação, apoio e acompanhamento temporário deve ser consideradas às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, assim também como a inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, abrigo em entidade; colocação em família substituta. Vale ressaltar que, das medidas de proteção previstas citadas, somente as duas últimas dizem respeito ao afastamento da família, sendo consideradas excepcionais; as anteriores visam evitar que isto ocorra. Assim, o Estatuto da Criança e de Adolescente caracteriza a instituição de acolhimento como uma medida de proteção provisória e excepcional, de caráter transitório para posterior reinserção das crianças e adolescentes no ambiente familiar, não implicando privação da liberdade. Desta forma, devem ser tentadas primeiro todas as alternativas, e em casos excepcionais, que conferem risco à criança ou ao adolescente, devem ser afastadas do convívio familiar, por exemplo, em casos que a criança ou do adolescente teria que conviver com o(a) agressor(a).

No estudo de Darriba VA e Albuquerque AB (2018), os profissionais da área de psicologia, na esfera da assistência social, devem construir ações e estratégias de enfrentamento ao abuso sexual e a situação de violação de direito da vítima. Estes profissionais devem compor a atenção psicossocial, que é operacionalizada por um conjunto de procedimentos técnicos especializados, com o objetivo de estruturar ações de atendimento e de proteção a crianças e adolescentes, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da autoestima, o restabelecimento de seu direito à convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida e possibilitando a superação da situação de violação de direitos, além da reparação da violência sofrida.

Escuta qualificada e Perícia psicológica

No estudo de Aznar-Blefari C et al (2020), o profissional psicólogo deve realizar perícia para verificar ocorrência do abuso sexual infantil. A finalidade da perícia assenta-se, na conveniência ou necessidade de se fornecer ao juiz informações que escapam ao conhecimento jurídico ou ao senso comum, por mais culto e instruído que ele seja; tais informações não poderiam ser obtidas diretamente pelo juiz, pelo menos não com a clareza e segurança necessárias à sua convicção, ou ainda, em certos casos, não sem prejuízo de suas funções judicantes. A perícia tem por finalidade documentar nos autos o conhecimento especializado, inclusive para exame em grau de recurso. Porém, mesmo ao determinar a perícia, o juiz mantém seu poder decisório, podendo criticar, comentar e apreciar o laudo pericial, acolhendo-o ou não, segundo seu conhecimento, normas técnicas e lógicas, e convencimento.

A Psicologia Jurídica é um campo que vem expandindo suas áreas de conhecimento e atuação, com novas pesquisas e descobertas, e, sobretudo com produções acadêmicas e científicas. Faz interface com o Direito e necessita demarcar seu espaço de atuação; para tanto, vale-se de outros conhecimentos já construídos da Psicologia para aliar seu trabalho ao do Judiciário, buscando uma atuação psicojurídica a serviço da cidadania, respeitando o ser humano. Desta forma, embora haja muito a caminhar e construir-se enquanto especialidade profissional, a Psicologia Jurídica atua ao lado do Direito em diversas formas: no planejamento e execução de políticas de cidadania voltada para as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual na observância dos direitos humanos e combate dessa violência infanto-juvenil, orientando os familiares e outras partes envolvidas (AZNAR-BLEFARI C et al, 2020).

O laudo pericial consiste na fiel exposição das operações e ocorrências da diligência, com a opinião fundamentada sobre a matéria submetida a exame, a que chegou o perito. O laudo pode ser entendido sob dois aspectos: primeiro é a materialização do trabalho pericial desenvolvido pelo perito; e o segundo é a própria prova pericial, sob aspecto técnico, que servirá para suprir as insuficiências do magistrado no que se referem a conhecimentos técnicos ou científicos, propiciando certeza jurídica quando à matéria fática. O laudo ou o parecer têm como finalidade apresentar resposta esclarecedora, no campo do conhecimento psicológico, através de uma avaliação especializada, de uma “questão-problema”, visando a dirimir dúvidas

que estão interferindo na decisão, sendo, portanto, uma resposta a uma consulta, que exige de quem responde competência no assunto (SANSON JAS; HOHENDORFF JV, 2021).

Outro ramo da psicologia que vem se destacando no âmbito jurídico é a psicologia forense. Segundo Darriba VA, Albuquerque AB (2018), o trabalho da Psicologia Forense, vem auxiliando significativamente no exercício da Justiça nos processos que tramitam nas Varas da Infância e da Juventude e nas Varas de Família e Sucessões dos Foros Regionais, e nos Tribunais de Justiça dos Estados. O termo “forense” é relativo ao foro, aos tribunais e à justiça, e serve para qualificar todas as tarefas e atividades relativas à prestação jurisdicional, como é o caso das situações de abuso sexual infanto-juvenil, que envolve o comportamento criminal do ser humano envolvido nessas situações.

De acordo com Scolernatti G, Nardi HC, (2021), a proteção social especial agrupa os serviços de média e de alta complexidade, sendo que o que os diferencia é a existência ou não de ruptura dos vínculos familiares e comunitários. Assim, a média complexidade é composta de serviços destinados a famílias e indivíduos cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, enquanto a proteção social especial de alta complexidade busca o restabelecimento ou a criação de novos vínculos. As instituições de acolhimento institucional fazem parte da proteção social especial de alta complexidade, garantindo proteção integral aos indivíduos que se encontram sem referência ou em situação de ameaça, propondo o resgate dos vínculos familiares e conseqüentemente o retorno à família nuclear ou extensa, bem como a construção de novos vínculos em família substituta, ou então a construção de autonomia que permita ao indivíduo uma vida junto à comunidade.

A relação entre Psicologia e Justiça é um campo interdisciplinar instigante, que tem atraído uma atenção crescente de pesquisadores, profissionais e estudantes dessas áreas. Um dos temas que necessariamente envolvem reflexão e atuação de diferentes saberes é a violência sexual. Acredita-se que a atuação do psicólogo no Poder Judiciário é/ou Forense, é abordada a partir de sua inserção em diferentes jurisdições, como os Juizados da Infância e Juventude, as Varas de Família e as Varas Criminais. Em cada um desses contextos de trabalho, o psicólogo se depara com demandas e especificidades. Apesar de a violência sexual ser um problema que aparece com frequência nos processos judiciais que tramitam nessas jurisdições, há aspectos que merecem consideração específica. A atuação do psicólogo junto ao Juizado da Infância e Juventude podem ser bastante diversificadas; suas técnicas envolvem avaliação em situações de guarda, acolhimento institucional e/ou familiar, habilitação para adoção e adoção propriamente dita, destituição do poder familiar, e de adolescentes em conflito com a lei. Foi o Estatuto da Criança e do Adolescente que instituiu a necessidade de uma equipe técnica junto a essas jurisdições, pela especificidade de trabalhar com uma população vulnerável, formada por crianças e adolescentes em situação de risco a seu desenvolvimento, como é o caso daquelas, vitimadas pela violência sexual (DARRIBA VA, ALBUQUERQUE AB, 2018).

CONCLUSÃO

Ao discutir o papel da Psicologia frente à situação de abuso sexual de criança e adolescentes é possível afirmar que este profissional apresenta importância significativa diante dessa problemática, uma vez que a escuta, o acolhimento, a atuação interdisciplinar, a integração com a rede de serviços, a prevenção, orientação são intervenções que este profissional está habilitado a realizar. O psicólogo deve propiciar uma escuta atenta, oportunizando a emergência de significados ocultos ou inconscientes. É o profissional que exercerá o trabalho com sentimentos e subjetividade de crianças adolescentes vitimizados e suas famílias criando ambiente favorável ao resgate da autoestima, à reconstrução de relações afetivas, à reconstrução de significados acerca da vivência, à compreensão acerca da dinâmica familiar, aos limites e cuidados na família, ao desenvolvimento da sexualidade.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. Os aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- AZEVEDO MB, et al. Abuso Sexual Intrafamiliar em Adolescentes e Suas Reflexões. Psicologia para América Latina. Edición Número 30 Julio 2018.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Org.). Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 2016.
- AZNAR-BLEFARI C, et al. Atuação de Psicólogos em Alegações de Violência Sexual: Boas Práticas nas Entrevistas de Crianças e Adolescentes. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 25, n. 4, p. 625-635, out./dez. 2020.
- BALLONE, G. J. Violência Doméstica. 2013. Disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br/infantil/violome.html>>. Acesso em: 10/11/2020.
- BATISTA V, et al .A tomada de decisão de profissionais frente a situações de abuso sexual infanto-juvenil: uma revisão integrativa. Mudanças – Psicologia da Saúde, 24 (2), Jul.-Dez. 2016.
- BAZÍLIO, L. C.; KRAMER, S. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2013.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Relatório Disque Direitos Humanos. Brasília, 2019. Disponível em:https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019_disque-100_crianças-e-adolescentes.pdf/view.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico. Brasília, 2018.
- CAMPOS LJ. Criança vítima de violência sexual Recortes de um caso atendido na Abordagem Centrada na Pessoa. Psicólogo inFormação ano 20, n, 20 jan./dez. 2016.
- CASTRO, L. R. Crianças e jovens na construção da cultura. NAU: Rio de Janeiro, 2011.
- DARRIBA VA, ALBUQUERQUE AB. A suspeita de abuso sexual e o psicanalista. Estilos clin., São Paulo, v. 23, n. 3, set./dez. 2018, 611-625.
- DAY, V. P.; TELLES, L. E. de B.; ZORATTO, P. H.; AZAMBUJA, M. R. F. de. M; SILVEIRA, D. A.; DEBIAGGI, M. B.; REIS, M.; CARDOSO, M. da G. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, v. 25, 2013.
- FLORES, R. Z.; CAMINHA, R. M. Violência sexual contra crianças e adolescentes: Algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. Revista de Psiquiatria do RS, v. 16, p. 158-167, 2014.
- FRANÇA CP. Um corpo maculado na infância: a necessidade de intervenção precoce dos profissionais de saúde. Pesquisas e Práticas Psicossociais 12 (3), São João del Rei, setembro-dezembro de 2017. e1454.
- FURNISS, T. Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2013.
- GABEL, M. Crianças vítimas de abuso sexual. São Paulo: Summus, 2014.
- GOMIDE, Paula Inez Cunha. Introdução à Psicologia Forense, Juruá Editora, 2016, p. 183, ID:24517).
- HOENDORFF JV, PATIAS ND. Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.49, p., jan./jun. 2017.
- MASTROIANNI FC, et al. VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL: Contribuições e responsabilidades dos profissionais de psicologia. Estudos interdisciplinares em psicologia 40 Londrina, v. 12, n. 1supl, p. 40-62, abr. 2021.
- OLIVEIRA DCC, RUSSO JA. Abuso sexual infantil em laudos psicológicos: as “duas psicologias”. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 27 [3]: 579-604, 2017.



FACITEC – FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE JANAÚBA
Rua Cirilo Barbosa, nº 46, Centro, Janaúba/MG, CEP 39440-000,
TELEFAX: (38) 3821-6566, e-mail: facitec@soeducar.com.br, CNPJ: 05.842.305/0001-64
Portaria nº 129 de 02/02/2017 publicada no DOU dia 03/02/2017, Pág. 3 Seção 1,

PELISOLI C, DELL'AGLIO DD. Tomada de Decisão de Psicólogos em Situações de Suspeita de Abuso Sexual. ISSN 1413-389X Trends in Psychology / Temas em Psicologia – 2016 Vol. 24, nº 3, 829-841.

ROSSATO L, et al. Perfil de atendimentos psicológicos em contextos de violência sexual infantojuvenil: revisão integrativa da literatura. Contextos Clínicos, vol. 11, n. 3, Setembro-Dezembro 2018.

SANSON JAS, HOHENDORFF JV. Depoimento Especial a partir de Opiniões de Psicólogos Brasileiros Atuantes nessa Prática. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 26, n. 1, p. 27-39, jan./mar. 2021.

SCOBERNATTI G, NARDI HC. Os usos do abuso sexual. Artigo • Psicologia e Sociedade. 33 • <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33228632>. 2021.